

INTRODUÇÃO

“Até que ponto a educação sexual faz falta?” Esta pergunta deu início a um programa de reportagens exibido recentemente numa das principais redes de televisão do país. O repórter anunciava que tratariam sobre o “drama dos jovens que vivem suas primeiras experiências sexuais” e concluía: “Neste início de século, os adolescentes surpreendem pela pressa: tornam-se pais e mães como se isso fosse apenas mais uma brincadeira.” (GLOBO REPORTER, 2004)

A sexualidade adolescente tem sido assunto freqüente nos meios de comunicação, como jornais, revistas, televisão. A divulgação de alguma nova pesquisa quantitativa ou demográfica serve de mote para que este tema ganhe ainda maior destaque, como ocorreu em 2002, por ocasião da divulgação dos dados do Senso de 2000, e em 2004, quando da publicação de uma pesquisa da UNESCO (CASTRO, 2004). Ao se falar sobre o “drama dos jovens que vivem suas primeiras relações sexuais”, a escola é recorrentemente evocada como espaço ideal de intervenção e de implementação de programas de educação sexual. Esse projeto também está expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que propõem que a educação sexual, ali chamada de orientação sexual, seja um tema transversal a ser trabalhado por todas as disciplinas, em todos os ciclos de escolarização.

Por que esta explosão discursiva em torno da sexualidade adolescente? De que modo ela é focada como um problema social frente ao qual a escola é conclamada a intervir? E de que modo a escola constrói e organiza seu trabalho educacional em torno da sexualidade adolescente? Essas são algumas questões sobre as quais esta tese busca refletir.

Conforme analisado ao longo de seus capítulos, o que está por traz deste intenso debate sobre a sexualidade adolescente é o fato de a sexualidade ser um importante foco de investimento político e instrumento de tecnologia de governo. Durante o século XX, consolida-se um modelo de controle social denominado por Foucault de *biopoder*, o qual é marcado por um forte investimento político na vida e para o qual o controle da sexualidade é fundamental. A importância do sexo como foco de disputa política deve-se ao fato de ele se encontrar na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda uma tecnologia política da vida: o sexo faz parte das disciplinas do corpo – permitindo o exercício de micropoderes – e pertence à regulação das populações. Assim, a sexualidade foi esmiuçada e tornou-se chave da individualidade, dando acesso à vida do corpo e à vida da espécie, permitindo o exercício de um *biopoder* sobre a população.

Por sua vez, a escola desponta como um espaço privilegiado para o desenvolvimento do *biopoder*, buscando garantir amplo impacto populacional no controle da sexualidade de crianças e, principalmente, adolescentes. Esta tese demonstra de que modo a educação está imbricada nessa problemática e como ela se relaciona com outras áreas do saber, como a medicina, a demografia e a psicologia, afim de gerenciar a sexualidade adolescente. A educação sexual desenvolvida na escola está fundamentada em uma forte preocupação em “administrar” o modo como os/as adolescentes ingressam e vivenciam a vida sexual adulta – no sentido de ter a primeira relação sexual (BOZON, 2004). Doenças sexualmente transmissíveis (DST), AIDS e, principalmente, gravidez são temas deflagradores das preocupações docentes e suas intervenções. Essas questões perpassam todo o trabalho escolar de educação sexual, o qual transmite um conhecimento que se propõe científico e, portanto, verdadeiro e, além disso, oferece noções práticas de prevenção e auto-cuidado. Junto com a prescrição do uso do preservativo, prescrevem-se normas de comportamento que, explicitamente ou não, pretendem influenciar a vida sexual dos/as adolescentes, seja no que se refere a quando, em que circunstâncias e como ter relações sexuais, seja em relação à escolha do momento oportuno de vivenciar uma gravidez.

Esta pesquisa, portanto, investigou de que modo uma escola desenvolve seu trabalho de educação sexual. Para isso, foram pesquisados os espaços com ação educativa planejada, especificamente orientados para a educação sexual. Mesmo estando ciente de que essa ocorre informalmente em vários espaços escolares,

como recreios, banheiros, festas, entre outros, esta tese detém-se em espaços de intervenção pedagógica intencionalmente direcionados a esse tema. O que talvez poderíamos chamar de “currículo oculto sobre sexualidade” não fez parte da delimitação do problema desta pesquisa.

Antes de apresentar seus resultados, cabe olhar para a trajetória desse trabalho, cujo resultado é agora apresentado nesta tese de doutorado. Escrever a tese é também retomar esse projeto inicial e os caminhos percorridos na delimitação do problema de pesquisa, no trabalho de campo e na elaboração de seus resultados.

Este projeto começou a ser pensado em 1999, ainda antes de meu ingresso no doutorado em Educação da PUC-Rio. Ao ingressar no programa em 2001, a idéia geral da pesquisa mantinha-se a mesma, no entanto, o projeto em si já sofrera diversas modificações. O delineamento dos percursos a serem seguidos continuaram sendo transformados até o primeiro exame de qualificação, em agosto de 2002, quando o projeto de pesquisa intitulado “Pedagogia da sexualidade e do gênero: a construção social da orientação sexual em uma escola” foi aprovado, dando início à pesquisa de campo, que, por sua vez, produziu suas próprias modificações de percurso. Além dos fecundos momentos de diálogo e aprendizagem vivenciados dentro da PUC-Rio, através da realização de cursos, orientações, seminários, entre outros, muito contribuiu para todo esse processo de pesquisa a participação no *Curso de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva*, realizado no Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ em abril de 2002¹. Além disso, entre agosto de 2002 e fevereiro de 2003 tive oportunidade de residir em Paris, França, tendo, desse modo, tido acesso à parte da produção francesa sobre o tema desta pesquisa.

Desde o início, esta pesquisa pretendeu investigar a implementação da educação sexual em uma escola. A responsabilização da escola por essas questões é um fenômeno relativamente recente no Brasil. Até a década de 90, não havia um consenso em torno dessa questão, sendo as experiências isoladas e não resultantes de diretrizes educacionais mais amplas. A publicação dos PCN em 1996 é um marco importante na consolidação da educação sexual como um problema escolar.

¹ Esse curso e o posterior financiamento de uma pesquisa foram realizados com recursos do Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, promovido pelo Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e

Conforme constatado mais tarde através da pesquisa, apesar de não ter sido os PCN que inseriram este tema na escola, eles passaram a legitimar trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos e sua proposta, apesar de não ter sido implementada, passou a ser vista como um ideal, como aquilo que “deveria ser feito” – essas questões serão retomadas em momentos oportunos na tese.

Assim, publicados em 1996, com o objetivo de estabelecer uma referência curricular nacional², os PCN apresentam a educação sexual como um tema transversal, nomeado de “orientação sexual”, a ser trabalhado nas escolas brasileiras. De acordo com essa proposta, os temas transversais tematizam problemas fundamentais e urgentes da vida social, sendo o tema “orientação sexual” justificado pelo crescimento de casos de “gravidez indesejada” entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV. Eles deveriam ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização e os trabalhos deveriam ocorrer de duas formas: dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como extraprogramação, sempre que surgissem questões relacionadas ao tema (BRASIL, 1998).

Frente a este quadro, o objetivo inicial desta pesquisa foi o de investigar a inserção da educação sexual como tema transversal em uma escola municipal da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, uma fase exploratória do trabalho de campo – que teve como objetivo melhor delimitar a temática a ser investigada – exigiu uma reconstrução do problema da pesquisa. O campo mostrou que o trabalho de educação sexual nas escolas organizava-se, não de uma forma transversal, mas disciplinar ou “nuclear”, ou seja, dentro de aulas de Ciências e de Núcleos de Adolescentes Multiplicadores (NAM). Não contava, portanto, com a intervenção de todo o corpo docente, mas de especialistas. Uma nova escola foi selecionada e o problema central da pesquisa passou a ser a construção social da educação sexual em uma escola com um NAM. Deste modo, observaria os encontros do NAM e as aulas de 7ª série, em particular as de Ciências.

Assim, a primeira constatação feita a partir da pesquisa é de que a educação sexual é realizada predominantemente por professoras/es de Ciências, dentro das

Saúde/IMS/UERJ, com apoio da Fundação Ford.

² Segundo o Ministério da Educação, eles são uma referência nacional para o ensino básico, estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas. No entanto, também é enfatizado o caráter flexível desta proposta, a qual deveria permitir um diálogo com as escolas no que se refere à elaboração de seu projeto pedagógico. Disponível em

aulas de Ciências das 7^{as} séries, a partir do tema “reprodução humana”. Desde minhas primeiras visitas a diversas escolas para selecionar aquela onde o trabalho de campo seria desenvolvido, após explicitar os objetivos da pesquisa³, as diretoras ou coordenadoras pedagógicas colocavam-me em contato com professoras/es de Ciências. Desde esse momento inicial, a escola me mostrou serem essas aulas o principal espaço escolar de educação sexual. Se, por um lado, a delimitação metodológica dessa pesquisa, não permite a ampla e absoluta generalização dessa afirmação, por outro, ela também permite afirmar que essa constatação não se restringe à escola investigada, tendo sido observada também em outras instituições, pois, além das observações detalhadas em uma instituição, foram feitas visitas a outras e entrevistas com outras professoras, conforme detalhado no primeiro capítulo da tese.

Além das aulas de Ciências, na escola investigada, a educação sexual também ocorria dentro do NAM. Esta experiência, no entanto, é bastante isolada, pois apenas um pequeno número de escolas municipais conta com esse grupo. Em 2002, elas eram 63 entre 1036 escolas municipais. Outrossim, este e diversos outros NAMs eram coordenados por professoras de Ciências. No segundo capítulo da tese, é explicado com maiores detalhes o funcionamento desses grupos.

A educação sexual na escola, portanto, está fortemente ligada ao campo das ciências biológicas. Este dado, de suma importância, não é em si uma grande novidade, pois a vinculação da educação sexual às aulas de Ciências já foi apontada – e criticada – por outras pesquisas (CASTRO, 2004, ROSISTOLATO, 2003, MEYER, 1998). O mais importante aqui será compreender como a educação sexual está ligada a esse campo de saber, que outros saberes a modulam, como essas relações – que ultrapassam a instituição escolar – se estruturam, produzindo jogos de verdade sobre o sexo na escola.

Não são poucas as pesquisas que criticam a escola por adotar uma perspectiva biológica de educação sexual (CASTRO, et. al. 2004, FURLANI, 2003, MEYER, 1998, OLIVEIRA, 1998, entre outras). Em alguns casos, chega-se a reivindicar “uma ação que aborde educativamente as questões afetas à

<http://www.mec.gov.br/>, acesso em 10.09.01.

³ Esses objetivos eram apresentados de modo amplo: conhecer como ocorre a transmissão de saberes referentes a cuidados com a saúde e com o corpo na escola, e, mais especificamente,

sexualidade de forma a abranger *todos* os aspectos envolvidos”⁴ (OLIVEIRA, 1998, p. 103). No entanto, no meu entender, essa pretensão à totalidade é impossível, pois qualquer forma de abordagem do tema será sempre parcial e sob determinada perspectiva.

Crítica semelhante também foi explicitada nos PCN:

Praticamente todas as escolas trabalham o aparelho reprodutivo em Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre a reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade (BRASIL, 1998, p. 292).

De modo a superar essa abordagem considerada restrita, os PCN propõem que a educação sexual seja trabalhada como tema transversal, em que cada disciplina escolar abordaria a sexualidade a partir da perspectiva de seu campo de saber. Isso, supostamente, contemplaria “uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade”, em que fossem consideradas “as dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade” (BRASIL, 1998, p. 316). A escola como um todo, e não o professor de Ciências em particular, é responsabilizada por transmitir uma visão não reducionista da sexualidade. Supõe-se que falar sobre sexualidade em todas as disciplinas, a partir das suas especificidades, garantiria uma abordagem ampla da mesma. No entanto, conforme já mencionado, essa proposta enfrenta dificuldades de concretização e permanece sendo vista como aquilo que os/as professores/as acreditam deveria ser feito. Na prática, a educação sexual permanece bastante vinculada à disciplina de Ciências e ao conteúdo reprodução, conforme observado não só na instituição em que a pesquisa foi desenvolvida, mas também em outras.

Outro argumento recorrente é de que apenas informação não é suficiente para que haja mudanças de comportamentos (FURLANI, 2003, MONTEIRO, 2002, OLIVEIRA, 1998). Destaca-se ainda que, ao invés de trabalhos esporádicos, as ações educativas devem ser contínuas (CASTRO, et. al., 2004, FURLANI, 2003, BRASIL, 1998, p. 293).

A ausência do reconhecimento da diversidade de representações e práticas dos grupos sociais e do enfoque no contexto socioeconômico é outra limitação atribuída às práticas preventivas apoiadas em pressupostos dos modelos

conhecer trabalhos de educação sexual.

⁴ Grifos meus.

cognitivos de mudança de comportamento. As políticas de prevenção ao HIV/AIDS dominantes nos anos que se seguiram à descoberta da AIDS foram, segundo Simone Monteiro (2002), orientadas pela ênfase na transmissão de informações, na responsabilidade individual e no enfoque epidemiológico do risco.

Por fim, há ainda diversas pesquisas que apresentam diferentes propostas, sugestões, soluções para uma intervenção mais eficaz. (SILVA, 2002, PINTO e TELLES, 2000, OLIVEIRA, 1998, GROPA AQUINO, 1997, GUIMARÃES, 1995, PAIVA, 1996, RIBEIRO, 1990).

No entanto, ainda que de acordo com alguns desses argumentos, ao invés de criticar a intervenção escolar ou propor alguma solução, gostaria aqui de problematizar essa questão de uma outra maneira. Por que o tema da sexualidade exige uma abordagem tão diferenciada? Por que essa demanda, incorporada pela própria professora, de que o ensino sobre reprodução ultrapasse a biologia enquanto o mesmo não é demandado do sistema respiratório, circulatório ou digestório? Por que questões ligadas ao sexo precisam ser ensinadas de modo distinto de questões ligadas à alimentação ou à respiração, por exemplo? Por que uma proposta curricular nacional como os PCN cria um tema transversal específico sobre esse assunto intitulado “Orientação Sexual”?⁵ Considerando a existência de um outro, chamado Saúde, cabe ainda questionar por que a Orientação Sexual não está incluída no tema Saúde, merecendo, ao contrário, um tratamento específico e privilegiado?

Há algo que perpassa todas essas críticas e problematizações em relação à atuação escolar: a busca de uma intervenção mais eficiente. Há uma forte demanda de resultados, em outras palavras, uma busca constante de mudar ou adequar os dispositivos que estruturam os comportamentos preventivos. Busca-se o aprimoramento das técnicas de prevenção, considerada a melhor estratégia frente a diversas doenças. Por sua vez, a prevenção de DSTs e da AIDS, bem como de uma gravidez, depende, em grande parte, da mudança de comportamentos sexuais. É essa busca que justifica a implementação de políticas preventivas na escola, como a educação sexual e o NAM. Através de técnicas de poder diversas, fundamentadas em determinados campos de saber, pretende-se

⁵ Os outros temas transversais são: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo.

levar os/as adolescentes a “incorporarem a mentalidade preventiva e a praticarem sempre” (BRASIL, 1998, p. 328).

Um importante esclarecimento diz respeito à utilização nesta tese do termo “educação sexual” ao invés de “orientação sexual”. Enquanto em países de língua inglesa e francesa o primeiro termo é mais comum, no Brasil, na Educação, ele tem sido substituído nos últimos anos por “orientação sexual”, o qual é utilizado pelos PCN e pela Secretaria Municipal de Educação (SME) do Rio de Janeiro. Essa escolha parece estar ligada ao termo “orientação educacional”, uma vez que, historicamente, os orientadores educacionais dividiram com os professores de Ciências a responsabilidade por trabalhar esse tema na escola (BONATO, 1996). Exemplo disso foi a apresentação de 56 trabalhos sobre educação sexual no V Congresso Brasileiro de Orientação Educacional realizado na década de 70 (ROSEMBERG, 1985). Além disso, em 1977, o setor de Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo elaborou um projeto pedagógico de “orientação sexual” a ser implementado a título de experiência piloto na rede municipal. A primeira parte do projeto consistiu no treinamento de orientadores educacionais e de professores de Ciências (ROSEMBERG, 1985).

No entanto, a utilização do termo “orientação sexual” acarreta problemas de interpretação, pois, no campo de estudos da sexualidade e nos movimentos sociais, assim como, de um modo geral, na bibliografia internacional, “orientação sexual” é o termo sob o qual se designa a opção sexual, evitando-se, assim, falar em identidade. Até mesmo na escola pesquisada, durante a realização de entrevistas, ocorreram confusões com a utilização dessa expressão.

Na bibliografia pesquisada, foram encontradas poucas análises específicas que demarcassem diferenças entre esses termos. Na maior parte dos casos, as pesquisas adotam um ou outro, ou até mesmo ambos, sem discerni-los, o mesmo tendo ocorrido dentro da escola.

Uma exceção é o livro de Paulo Ribeiro (1990), no qual o autor estabelece uma distinção entre essas expressões. Para ele, educação sexual referir-se-ia aos processos culturais contínuos que, desde o nascimento, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação da sua sexualidade. Essa educação ocorreria informalmente, na família, na rua, na escola, através dos meios de comunicação etc. Já a orientação sexual seria uma

intervenção institucionalizada, sistematizada, organizada e localizada, com a participação de profissionais treinados para esse fim.

Ao adotar o termo orientação sexual, os PCN não analisam diferenças dessa expressão em relação à educação sexual e tampouco justificam o porquê da escolha daquele e não desse. Em uma nota de rodapé esses termos são considerados semelhantes, dizendo que a proposta apresentada nesse documento recebe diferentes denominações em trabalhos similares, tais como educação sexual, educação em sexualidade, educação afetivo-sexual, entre outros (BRASIL, 1998, p. 299). Por outro lado, ainda que não explicita essa distinção, adota a expressão educação sexual para referir-se a educação recebida na família, enquanto a orientação sexual ocorreria na escola.

Enfim, as escolhas entre os termos educação ou orientação sexual parecem seguir uma aleatoriedade relativa, ou, ao menos não são explicitados motivos ou diferenças de concepções que justifiquem a escolha de um ou de outro. Na escola investigada, apesar da expressão orientação sexual ser mais comum, por vezes educação sexual também era adotada. Nesse sentido, a fim de evitar mal-entendidos com os outros significados de orientação sexual e seguindo uma certa tendência internacional, adoto nesta tese a expressão educação sexual.

Um outro esclarecimento diz respeito aos termos adolescência e juventude. Ainda que, sob certa perspectiva, a categoria adolescência esteja mais associada a matrizes disciplinares da psicologia, enquanto a categoria juventude a matrizes disciplinares da sociologia (CALAZANS, 2000), o termo adolescentes é adotado ao longo da tese por ser a categoria utilizada na escola para se referir aos/às estudantes. No senso comum, a adolescência precede à juventude, sendo aquela um momento de intensas transformações físicas e emocionais. O modo de os/as professores/as compreenderem esse período de passagem da infância à idade adulta é abordado no sexto capítulo da tese, ao se analisar a incompatibilidade social entre adolescência e gravidez. Essa relação de precedência é também apontada por alguns pesquisadores. Olivier Galland afirma que a adolescência se distingue culturalmente da juventude, pois aqueles permanecem sob maior dependência e proteção dos pais ou de educadores. Nesse sentido, ela está mais próxima da infância do que da idade adulta. Já a juventude adquire uma certa independência em relação à geração anterior, mesmo se esta independência seja apenas parcial – por exemplo, não morar mais junto com os pais, mas permanecer

parcial ou totalmente financiado por eles. A juventude não acendeu integralmente aos papéis adultos, por exemplo, vivendo uma situação profissional ainda precária ou não compondo uma nova família (GALAND, 2001).

Esta tese está subdividida em seis capítulos. O primeiro deles, após apresentar alguns pressupostos teórico metodológicos que orientaram o trabalho, explicita os critérios adotados e a metodologia seguida no trabalho de campo, desde o que diz respeito à escolha da escola, ao trabalho de campo, às entrevistas até ao processo de redação da tese. O segundo capítulo, intitulado “Espaços escolares de educação sexual”, refere-se aos locais onde a educação sexual era desenvolvida na escola. Na medida em que descreve esses espaços, problematiza algumas possibilidades e limites da intervenção escolar, organizada a partir das aulas de Ciências e do Núcleo de Adolescentes Multiplicadores.

O terceiro capítulo, “A escola como critério de verdade”, dá início às análises propriamente ditas, organizadas em torno de alguns temas específicos. Esse capítulo busca delimitar as distinções entre o que os/as adolescentes aprendem na escola sobre sexualidade e aquilo que aprenderam previamente, em outros locais. Essa análise permite demonstrar que o aprendido na escola é utilizado pelos/as alunos/as como um critério de verdade para avaliar seus conhecimentos prévios sobre esse tema. A escola lhes oferece um saber que se propõe científico e, portanto, verdadeiro sobre a sexualidade.

“Ensinando sobre o corpo, sobre ser homem e ser mulher” é o título do capítulo seguinte. Uma vez que o conhecimento do corpo do homem e da mulher é considerado fundamental para o ensino da sexualidade, esse capítulo analisa que corpo é esse que serve de base para a educação sexual. Esse corpo, fragmentado e funcional, é concebido sob uma perspectiva das ciências biológicas, sobre o qual, no entanto, inscrevem-se diferenças de gênero entre homens e mulheres. De certa forma, a biologia absolutamente distinta dos corpos de homens e mulheres, no que se refere a sistemas reprodutores, genes e hormônios, fundamenta distinções provenientes da cultura entre eles. Ser homem e ser mulher deve seguir um padrão de normalidade e aqueles que se desviam dessa norma encontram dificuldades de inserção na escola. Exemplo disso, analisado na última parte do capítulo, são os problemas enfrentados por um “homossexual assumido” na escola.

O quinto capítulo, “Construindo ideais de relação entre garotas e garotos”, analisa como as meninas nessa faixa etária idealizam sua primeira relação sexual.

Essa passagem está envolta por de uma série de preocupações e planejamentos, principalmente para as meninas, que demonstram valorizar menos a virgindade em si e mais a primeira relação sexual. No plano das intenções expressas, elas reproduzem os ensinamentos escolares, que prescrevem não só o uso de um preservativo, mas também um certo tipo ideal de relação entre garotos e garotas.

Por fim, o sexto capítulo, “Ensinando a prevenir a ‘gravidez precoce’”, detém-se nos ensinamentos escolares sobre a gravidez. Apesar da reprodução ser o eixo central do trabalho escolar de educação sexual, a gravidez é uma experiência desaconselhada a adolescentes. Nessa faixa etária, uma gravidez nunca é simplesmente uma gravidez, mas uma “gravidez na adolescência”, “gravidez indesejada”, “gravidez precoce”, “gravidez não-planejada” ou “gravidez inesperada”. A escola não ensina apenas as etapas do processo de reprodução, desde a fecundação, passando pela gestação até o parto. Ela ensina também como evitá-la, de modo que ocorra num momento preciso da vida de um certo tipo de casal – estável, heterossexual etc –, sendo precedida de planejamento, entre outros.

Em anexo estão quadros com dados dos/as estudantes e professores/as entrevistados, os modelos de consentimentos informados utilizados para as entrevistas e duas entrevistas na íntegra: a realizada com a professora de Ciências coordenadora do NAM e uma com um grupo de duas alunas e um aluno.